P O R T A R I A N.º 0499/2012-DVEXPED-TJ/AM

O Doutor **JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO**, Secretário-Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas,

USANDO de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º **2.357**, de **02.08.2010**, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Poder;

CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º **2.720**, de **16.09.2010**, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Poder, e

CONSIDERANDO a informação de página 06, prestada pela Divisão de Pessoal deste Poder, nos autos do Processo Administrativo n.º **2012/002114**,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a servidora **MARIA AUXILIADORA LANGABECK SOARES**, Assistente Judiciário, lotada no Setor de Arquivo Geral, **30 (trinta)** dias de **Férias Regulamentares**, referentes ao exercício de **2012**, no período de **01/02/2012 a 01/03/2012**.

II - SUSPENDER o pagamento da servidora referente a gratificação de comissão, enquanto perdurar o afastamento do item I da presente portaria.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se.

Secretaria Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça, em Manaus, 07 de fevereiro de 2012.

Dr. **JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO**
Secretário-Geral de Justiça

DESPACHOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2012/000797**

Requerente: FRANCISCO RIVAIL SANTOS DA LUZ

Assunto: Inclusão de dependente nos assentamentos funcionais do servidor.

DESPACHO/OFÍCIO N.º 0429/2012 - GP

01. Trata-se expediente formulado pelo servidor **FRANCISCO RIVAIL SANTOS DA LUZ**, por meio do qual solicita a inclusão de sua esposa ROSA MARIA RODRIGUES DE QUEIROZ, em seus assentamentos funcionais, para todos os fins de direito, inclusive previdenciários.

02. Dito isto, **acolho** o parecer emanado da Assessoria Administrativa Jurídica da Presidência, acostado às fls. 15/18, para deferir o pedido do servidor **FRANCISCO RIVAIL SANTOS DA LUZ**, no sentido de que seja procedida a inclusão de sua esposa **ROSA MARIA RODRIGUES DE QUEIROZ** em seus assentamentos funcionais, na qualidade de dependente econômica, para os fins de direito, inclusive previdenciários.

03. Saliento que o montante a ser deduzido do rendimento tributável a título de imposto de renda deverá ser de R\$164,56 (cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) por cada dependente.

04. Cientifique-se o Servidor.

05. **Cópia deste despacho serve como ofício.**

06. À Divisão de Pessoal para as providências subsequentes.

07. Após, arquivem-se os autos.

Manaus/AM, 07 de fevereiro de 2012.

Desembargador **JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES**
Presidente do TJ/AM

MATÉRIAS EXCEPCIONAIS**PRESIDÊNCIA****PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2011/019660**

Requerente: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Assunto: Solicitação de Levantamento de Estimativa com especificações detalhadas de itens a serem registrados em Ata de Registro de Preço que tem como objeto a eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de ornamentação (flores) para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.

DECISÃO

01. Trata-se de procedimento administrativo iniciado por intermédio de memorando advindo da Divisão de Infraestrutura e Logística, no bojo do qual solicita que seja feita uma estimativa de itens e respectivos quantitativos relativos à ornamentação (flores), no prazo de 12 (doze) meses.

02. À fl. 226, determinei a homologação do Pregão Eletrônico n.º 026/2011, que tem como objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais de ornamentação para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital, tendo sagrado-se vencedora a empresa TARCILIO DA SILVA OLIVEIRA, CNPJ n.º 10.650.017/0001-48.

03. Em informação de fls. 249/251, a Comissão Permanente de Licitação explicita que após a homologação da licitação, **contatou-se para fins de formalização da Ata de Registro de Preço (ARP), que a empresa vencedora do certame, TARCILIO DA SILVA OLIVEIRA, CNPJ n.º 10.650.017/0001-48, apresentava a Certidão Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União com a validade expirada**, conforme consulta ao SICAF (fls. 154/155).

04. Prossegue aduzindo que apesar de diversas notificações emitidas e devidamente recebidas pela empresa em comento, a certidão mencionada não foi apresentada, sendo que foram realizadas consultas ao site oficial da Receita Federal e ao portal do Governo Federal, que constataram que as informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) sobre a empresa em comento são insuficientes para a emissão de certidão por meio da internet e que no Portal *Comprasnet* a Situação do Fornecedor da referida empresa apresenta a Certidão Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União com a data de validade expirada.

05. Ao final, **sugere que seja tornado sem efeito o despacho de homologação disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) do dia 09/01/2012**, em virtude da empresa TARCILIO DA SILVA OLIVEIRA, CNPJ n.º 10.650.017/0001-48, não ter mantido suas condições de habilitação e qualificação, no que concerne à regularidade fiscal, deixando de apresentar documentação exigida